



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0002119-72.2019.4.02.0000 (2019.00.00.002119-2)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO : JOSE RICARDO BRAGA SOARES
ADVOGADO : RJ189689 - RODRIGO DA COSTA GOMES
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Macaé (01346634120154025116)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REJEIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. ELEMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. DOCUMENTOS OFICIAIS TRAZIDOS AOS AUTOS DESCONSIDERADOS PELA IMPUGNANTE. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra decisão que rejeitou a impugnação apresentada em fase de cumprimento de sentença, relativa ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE – com base na pontuação atribuída aos servidores em atividade.

2. *In casu*, o autor apresentou as fichas financeiras emitidas pelo SIAPE. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já havia informado, durante a fase de conhecimento, que a Portaria nº 244, de 04/07/2013, regulamentou os critérios e as metas relativos ao pagamento da GDACE, bem como a pontuação atribuída aos servidores, ativos e inativos, para o recebimento da referida gratificação.

3. A União Federal, apesar da oportunidade conferida pelo Juízo, não indicou qualquer incorreção nos cálculos do autor, limitando-se a alegar a ausência de documentos que já haviam sido fornecidos pelo SIAPE e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4. Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes os acima indicados, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 02/10/2019 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0002119-72.2019.4.02.0000 (2019.00.00.002119-2)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO : JOSE RICARDO BRAGA SOARES
ADVOGADO : RJ189689 - RODRIGO DA COSTA GOMES
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Macaé (01346634120154025116)

RELATÓRIO⁸

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra decisão proferida pela Juíza da 1ª Vara Federal de Macaé/Seção Judiciária do Rio de Janeiro nos autos da ação de rito ordinário ajuizada por José Ricardo Braga Soares, em fase de cumprimento de sentença, objetivando o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE – com base na pontuação atribuída aos servidores em atividade.

2. Na decisão agravada, a Magistrada rejeitou a impugnação apresentada pela União Federal, sob o fundamento de que a parte executada, apesar das oportunidades conferidas pelo Juízo, limitou-se a alegar a falta de subsídios para a conferência dos cálculos da execução, não podendo o autor “*ficar eternamente esperando que a União conteste seus cálculos, se ele já apresentou os elementos necessários*”.

3. Em suas razões recursais, a União Federal alega que “*não se encontrou subsídios para que se fizessem os cálculos para confrontação, o que importa em se impugnar o valor executado por ter sido apresentado sem o cumprimento do dever que lhe cabe como exequente*”; que “*a parte embargada não apresentou Fichas Financeiras atualizadas e nem mesmo solicitou-as à UNIÃO*”, e que “*a ausência do cumprimento da fase de liquidação torna o título executivo nulo e inexigível (...), o que caracteriza a violação ao direito de defesa da UNIÃO, que não pôde se defender adequadamente em razão da incerteza e iliquidez da sentença (suposto título executivo)*”.

Requer seja atribuído efeito suspensivo ao recurso, “*para evitar lesão de difícil reparação do direito da recorrente*”, e ao final, o seu provimento, com a extinção do feito em razão da inexigibilidade do título exequendo por ausência de liquidação.

4. Contrarrazões às fls. 11/19, pugnando pelo improvimento do recurso.

É o relatório. Peço dia para julgamento.

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0002119-72.2019.4.02.0000 (2019.00.00.002119-2)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO : JOSE RICARDO BRAGA SOARES
ADVOGADO : RJ189689 - RODRIGO DA COSTA GOMES
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Macaé (01346634120154025116)

VOTO

1. Conheço do recurso, porque presentes os seus requisitos de admissibilidade.

2. Como relatado, trata-se de agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela União Federal, acolhendo como devido o valor apurado pelo autor/exequente.

3. Com efeito, no caso dos autos, não se mostra razoável aceitar a alegação da União Federal quanto à ausência de elementos para a conferência dos cálculos da execução.

4. Ora, a União Federal tem conhecimento dos dados relativos à parte autora e à gratificação objeto da demanda desde sua citação, efetuada em fevereiro de 2016. A decisão condenatória foi proferida em maio de 2016, transitando em julgado em junho de 2017.

5. Note-se que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já havia informado, desde fevereiro de 2016, ou seja, durante a fase de conhecimento, que a Portaria nº 244, de 04/07/2013, regulamentou os critérios e as metas relativos ao pagamento da GDACE, bem como a pontuação atribuída aos servidores, ativos e inativos, para o recebimento da referida gratificação (fls. 43/46 e 73/74 da ação principal).

6. Conclui-se, portanto, que a impugnante já poderia estar de posse dos referidos elementos quando da apresentação da impugnação, em janeiro de 2018, o que não ocorreu.

7. Por outro lado, analisando os autos da ação principal, verifica-se que após o trânsito em julgado da sentença condenatória, o autor apresentou planilha de cálculos requerendo a citação da União Federal nos termos do art. 535 do NCPC.

Na impugnação apresentada, a União limitou-se a alegar a ausência de elementos para a elaboração de cálculos, que *“a parte embargada não apresentou Fichas Financeiras atualizadas e nem mesmo solicitou-as à UNIÃO”*, e que *“a ausência da fase de liquidação torna o título executivo nulo e inexistível”*, requerendo, por isso, a extinção da execução (fls. 197/198 da ação principal).

8. Diante da impugnação, o autor/exequente apresentou as fichas financeiras emitidas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE – relativas ao período correspondente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

aos cálculos da execução (fls. 201/213 da ação principal).

9. Em seguida, considerando as alegações deduzidas na impugnação, as fichas financeiras e a planilha de cálculos que deu início à fase de cumprimento de sentença, foi determinada pelo Juízo uma nova intimação da União Federal na forma do art. 535 do CPC (fls. 215 da ação principal).

10. A União Federal, no entanto, apesar da oportunidade conferida pelo Juízo, limitou-se a repetir as mesmas alegações deduzidas na impugnação anterior.

Na verdade, a União Federal apresentou a mesma petição, sem sequer considerar as fichas financeiras apresentadas pelo autor (fls. 218/219 da ação principal).

11. Assim, tendo em vista que a União Federal não indicou qualquer incorreção nos cálculos elaborados pelo autor, limitando-se a alegar a ausência de documentos que, como visto, já haviam sido fornecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo SIAPE, correta a conclusão do Magistrado pela rejeição da impugnação.

12. Oportuno ressaltar, por fim, que na apuração das diferenças devidas, o autor observou a limitação dos cálculos em agosto de 2013, considerando a regulamentação dos critérios de avaliação promovida pela Portaria nº 244/2013, o valor do ponto indicado no anexo XIV da Lei nº 12.277/2010, que institui a GDACE (63,17), bem como a pontuação concedida no título judicial exequendo.

13. Ante o exposto, conheço do recurso e **nego-lhe provimento**.

É como voto.

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

Relator